

PASTA: 32
QTDE FLS: 99

SEMINÁRIO

A Época Mercantilista (Eli F. Heckscher)
O Tema

O Mercantilismo nunca existiu da mesma forma que, por exemplo, Cromwell ou Colbert existiram. É simplesmente um conceito que nos ajuda a compreender, sempre que seja bem escolhido, um fragmento da realidade histórica de forma mais eficiente do que se não dispuséssemos dele. Por isso, deve-se dar a cada um a liberdade de atribuir ao nome mercantilismo o significado e, sobretudo, o escopo que melhor se enquadrem com os objetivos especiais perseguidos. Neste sentido não cabe falar de uma aplicação exata ou inexata da palavra, senão simplesmente da melhor forma como empregá-la. Desde já, julgamos pouco oportuno dar a este termo um significado que difira substancialmente daquele que foi adquirindo ao longo da história. Esta crítica recai, até certo ponto, sobre o modo como se empregou a palavra mercantilismo nas publicações históricas dos últimos 50 anos. Sem se desentender, de modo algum, dos indiscutíveis progressos alcançados pelas mais recentes investigações, o presente estudo restabelece o sentido original do termo mercantilismo, porém de tal modo que não descarte e sim que complemente o significado que lhe atribuem os historiadores mais modernos.

Como se conceberá neste livro o mercantilismo? Podemos expressá-lo em termos muito concisos: como uma fase na história da política econômica. Parece oportuno, todavia, que precisemos e comentemos, no começo de nosso estudo, o sentido desta fórmula.

Queremos dizer com isso, em primeiro lugar, que se trata de estudar o aspecto econômico, e não outro qualquer. É evidente que este modo de enfocar o problema requer uma abstração. Porém, sem um princípio de seleção seria impossível estudar qualquer fenômeno histórico, a menos que seja na forma de mera compilação de dados, e não é este, diga-se logo, o propósito que aqui nos guia. É indubitável que os atos políticos a que nos referimos poderiam ser estudados também, com proveito, a partir de outros pontos de vista. Interessaria, antes de tudo, investigar o que esses atos representavam no aspecto puramente administrativo, de que tipo de órgãos públicos emanavam, e assim mesmo se poderia estudar seu conteúdo espiritual, proveitosamente, a partir de um ponto de vista não econômico; por exemplo, no tocante à filosofia do Estado. Todavia, aqui nos abstermos com plena consciência de tocar nesses aspectos para nos circunscrevermos estritamente ao econômico. Nos pareceu necessário respeitar com todo rigor esta delimitação do tema, precisamente porque nas obras que se apresentam como de história da economia são tratados, com certa frequência, problemas que nada tem a ver com o aspecto econômico do desenvolvimento histórico.

A expressão "história da política econômica" envolve, além disso, outra delimitação tão substancial pelo menos quanto a primeira, pois o que estuda é exclusivamente a política econômica e não o desenvolvimento econômico como tal ou, se o quiser, não a própria economia, mas as intenções encaminhadas a influir nela ou alterá-la de alguma forma. Em outros termos: aqui não pretendemos expor e nem exporemos o desenvolvimento dos fenômenos econômicos em sua totalidade. Os fenômenos econômicos obedecem a uma série de outros fatores, não são só determinados pela política econômica, e esta, por sua vez, é influenciada também por fatores exógenos às condições econômicas da época. É portanto, uma pré-condição necessária para um bom entendimento do assunto, ou seja, do entroncamento que existe entre os diversos aspectos do problema, que se tenha em mente a todo o momento a

PASTA: 10
CÓPIAS: 9
R\$: 1,26 FRETE
R\$: 1,25 F/V

PASTA: 10
CÓPIAS: 9
R\$: 1,26 FRETE
R\$: 1,00 F/V

diferença que existe entre política econômica e as condições econômicas externas. A descrição da política econômica adotada em um determinado momento não pode ser tomada como explicação suficiente para as circunstâncias econômicas em tal período; nem se pode entender a política econômica como o resultado e consequência da situação econômica real prática. Isso não descarta o fato de que os fenômenos econômicos e a política econômica estejam e tenham necessariamente que estar conectados a todo o momento por uma série de laços. Nesta obra, me esforçarei em enfocar e expor sempre a política em sua dupla conexão com os fenômenos econômicos correspondentes, ou seja, mostrando-a como causa e efeito destes. Mas sem que por isto se perca de vista a sua relação com outros fatores alheios aos fatores econômicos externos. Bem entendido, todavia, que a finalidade específica deste estudo será sempre a política econômica em sentido estrito, e não os fenômenos econômicos apenas. Está claro que isso não será obstáculo para que nosso ângulo de visão se estenda também a uma parte muito importante da situação econômica imperante, considerada como tal.

Com o que já foi dito, cremos já ter esclarecido o que entendemos por circunscrever nosso tema ao campo da política econômica. Vejamos agora que fase especial da história da política econômica é esta que chamamos de mercantilismo.

Esta pergunta é facilmente respondida em termos do período de tempo em que o fenômeno aconteceu. A política econômica que aqui nos interessa é a praticada na época que separa a Idade Média do Período Liberal. É certo que essa época não começa nem termina ao mesmo tempo nos diversos países e nas distintas zonas, mas, na maioria, sua duração cronológica pode ser estabelecida claramente nos termos indicados.

Até hoje, tinha-se sempre considerado que a política mercantilista não continha apenas uma certa coincidência cronológica de medidas de política econômica, e sim, que existia, entre suas diversas partes, uma conexão interna, uma unidade de concepção fundamental, revelada em todas as suas medidas. Contudo, o conteúdo de certo modo diverso que os historiadores dos últimos cinquenta anos vêm atribuindo ao final do mercantilismo, tem feito com que esta unidade resultasse em algo muito mais duvidoso do que se tinha pensado antes. É necessário estudar de perto a realidade, para chegar a uma conclusão a respeito da existência de tal unidade e do que ela representava, caso existisse. Na minha opinião, essa unidade existe, ainda que não seja perfeita, ou que pouco se fale na sua existência sempre presente na consciência de seus sustentadores; mas é, desde já, suficientemente forte para que a idéia auxiliar de uma política econômica harmônica seja essencial, para não dizer indispensável, a quem queira penetrar na realidade dos fatos. No meu juízo, a esquematização, da qual é impossível escapar quando se quer traçar qualquer síntese, deixa intacto o que há de substancial no desenvolvimento da história da política econômica, se o mercantilismo é considerado um sistema harmônico e coerente, ao invés de concebê-lo simplesmente como um período cronologicamente delimitado. A prova da exatidão dessa concepção há de contribuir, no seu conjunto, o estudo que aqui abordamos, mas para maior clareza nos pareceu oportuno indicar já, como iniciação, o critério fundamental que, a rigor, há de guiar a divisão de nosso trabalho.

Essa unidade, a que nos referimos, pode ser comprovada desde o primeiro momento com referência a um certo conjunto de fenômenos econômicos, como a aparição e consolidação dos Estados surgidos sobre as ruínas da monarquia universal romana, Estados delimitados, territorialmente e quanto a sua influência, ainda que soberanos dentro de suas fronteiras. A

preocupação com o Estado se destaca, com efeito, no centro das tendências mercantilistas, o modo como estas se desenrolam historicamente; o Estado é o sujeito e o objeto da política econômica do mercantilismo.

A separação fundamental começa impondo-se no que é referente ao raio de ação puramente externo dos objetos perseguidos e no tocante aos órgãos sustentadores da política econômica mercantilista, e se impõe de um modo duplo, ou seja, em dois aspectos antagônicos entre si. Consequentemente, era necessário lutar pelos postulados das sociedades localmente delimitadas, frente ao universalismo tão característico da Idade Média. Os Estados Nacionais vieram a destruir, em quase todos os territórios, a unidade representada pela Igreja medieval e por um segundo herdeiro, menos forte que o Estado Romano: a monarquia universal representada pelo Império. Mas este aspecto era, em muito, o menos importante, pois na maioria dos problemas práticos, a Idade Média também representava um cunho mais particularista que universalista. Por isso a força, indubitavelmente, mais poderosa do mercantilismo se projetava para dentro e não fora; dirigia-se contra os organismos sociais todavia mais delimitados, contra as cidades, as províncias, os países e as corporações que haviam imperado na vida social na extensão da Idade Média. Tratava-se, portanto, de ganhar terreno em ambas as direções para o trabalho construtivo do Estado num campo de ação que - desde o ponto de vista mercantilista - vinha sendo usurpado por organismos superiores ao Estado ou inferiores a ele.

Assim considerado, o mercantilismo é, antes de tudo, um sistema unificador. Tinha como adversário a fusão medieval de universalismo e particularismo e tendia, principalmente, a impor os objetivos do Estado num campo econômico homogêneo, sujeitando toda a ação econômica aos pontos de vista que convinham às necessidades do Estado e de seu território e que se concebiam formando uma unidade. Até que ponto isso constituía uma missão importante e mais ainda, uma missão susceptível de ser cumprida, dependia, por vezes, da distinta fisionomia política e administrativa dos diversos Estados. Como efeito, se por um lado os Estados já consolidados na Idade Média não sentiram a mesma necessidade desta ação unificadora que os Estados fortemente desagregados ou desintegrados desde um princípio, enquanto por outro, os Estados que não tinham conseguido alcançar em tempo oportuno a unidade e a organização necessárias, não contam, tampouco, com as condições prévias para empreender, no seu conjunto, esta missão. Esta diferença existente entre os diversos Estados é da maior importância para a parte unificadora do trabalho referente à desagregação mais ou menos casual e que se manifestava do modo mais característico no regime aduaneiro, ainda que tivesse também seu reflexo em outra série de setores. Mas, ao lado desta desagregação - que, na falta de outra expressão melhor, chamaremos feudal -, existia outra mais importante com muitos pontos de vista, a saber: a baseada na política municipal da Idade Média. Uma prova da força da obra realizada pelas cidades medievais é que nem o feito desta segunda classe de desagregação a que nos referimos nem a capacidade para vencê-la terminaram afetados de um modo profundo pelas desigualdades, enquanto a estrutura política dos diversos Estados: no que se refere à política municipal da Idade Média, todos eles assumiam uma posição bastante análoga.

Nesse ponto, se destaca com bastante força a diferença existente segundo a qual a política é enfocada a partir do ponto de vista econômico ou a partir do ponto de vista administrativo. Se o que se faz ressaltar é o aspecto econômico, há de se revelar o conteúdo da construção

unificadora, e não sua forma. Neste caso, não interessa saber que órgãos foram os sustentadores desta política; o que importa é conhecer, simplesmente, o sentido em que esses órgãos, quaisquer que fossem eles, atuavam. O feito de que as autoridades do Estado assumissem funções atribuídas antes a corporações locais ou provinciais é coisa que por si só não nos interessa quanto ao problema objeto de nossa atual investigação, sempre e quando, naturalmente, os novos órgãos continuem perseguindo os mesmos fins que os antigos ou, pelo menos, que fossem perseguidos os mesmos fins que antes na prática. Até agora, os que se dedicaram a estudar o tema, passaram por alto, à primeira vista, por esta distinção. Indubitavelmente, é lógico supor que, ao trocar os órgãos encarregados de uma função, trocam também dos fins perseguidos por eles. Mas a realidade nem sempre confirma esta suposição; em primeiro lugar, pela grande importância que se tem que reconhecer a inércia no desenrolar da política econômica, e em segundo lugar porque as trocas operadas na direção nominal do Estado nem sempre vão acompanhadas por uma remoção dos órgãos subalternos. E assim, surge, no plano da política econômica, o problema de saber em que grau o particularismo – e mesmo, ainda que em menor medida, o universalismo – foi superado pela política econômica, é dizer, como se levou esta, realmente, à prática.

O êxito ou o fracasso dessa política econômica era de grande importância para todo o desenrolar da economia; pois isso se baseava na dependência desta, seja quando esta obstruía ou quando estimulava o desenvolvimento dirigido a superar as formas sociais da Idade Média. Este aspecto do mercantilismo tem uma importância especial do ponto de vista das relações entre a política e a economia. Trata-se, na verdade, de descobrir até que ponto as instituições nascidas da desintegração casual do Estado ou de um interesse municipal, sistematicamente incitado, podiam se transformar em um instrumento para uma política econômica do Estado, e em que grau a ação estatal estimulava ou obstruía com isso novas tendências da vida econômica que, em última análise, estavam construindo a estrutura das formas modernas de sociedade. Isto não deve confundir-se com o problema das origens da sociedade moderna nem com a gênese da "Revolução Industrial" ou do "Capitalismo Moderno", mas representa o que a política econômica tem contribuído para este ponto; e mesmo que se tratasse apenas de investigar isto, já seria uma tarefa suficientemente grande. O critério que seguimos para estudar este tópico na presente obra é o de destacar diversos aspectos característicos da política econômica nos países em que o mercantilismo primeiramente se manifestou, com o quê pretendemos esclarecer as realizações da política econômica em geral. Como a profundidade ou a originalidade das verdadeiras idéias interessa aqui muito menos que as possibilidades com que contam para serem levadas à prática de um modo efetivo, estas questões ocupam na obra um lugar relativamente grande, pois que Goethe afirma que as idéias convivem facilmente, mas as coisas se chocam entre si com dureza dentro do espaço. Por esta razão, a primeira parte da presente obra, que é dedicada a esta tarefa, ocupa aproximadamente tanto espaço quanto todas as demais juntas.

Poderia ter feito uma enorme diferença para a mobilidade econômica em todas as suas formas se o mercantilismo tivesse realmente obtido sucesso na transformação de Estados em unidades econômicas; neste sentido, podemos dizer que a política do mercantilismo apresenta uma importância especial neste terreno, sob aspecto positivo ou negativo. O qual não impede, todavia, que o ponto de vista da unificação não encerre, por si só, nada de positivo; com efeito, nada nos diz, ou quase nada, no que se refere à classe de política econômica que deve se manter dentro dos Estados unificados. Não é possível, portanto, como pode ser compreendido,

reduzir a isto o conteúdo do mercantilismo. Na realidade, nem sequer podemos nos limitar a este aspecto para compreender suas relações com o Estado.

Se nos fixarmos, como ponto de partida, nas relações entre a política e o Estado, surge imediatamente a pergunta: o quê o mercantilismo se propunha a fazer com as forças econômicas, por interesse do Estado? A contestação que primeiro ocorre é esta: que pretendia servir-se delas, não sob interesse dos súditos diretamente, mas sim para fortalecer o poder do mesmo Estado; o poder do Estado era o alvo central do mercantilismo. E, ao decidir isto, me refiro primeira instância ao poder do Estado no exterior, frente a outros Estados. O poder do Estado no interior, frente a seus súditos, foi deixado em segundo plano da discussão, a menos que se tratasse da necessidade de uma ingerência do Estado para alcançar os fins almejados, e o fortalecimento do poder interior do Estado constituía, na realidade, um aspecto da ação unificadora. Compreende-se, pois, que estes aspectos do mercantilismo, sob o ponto de vista da unificação e do poder, se harmonizem perfeitamente entre si e imprimissem um sinal de unidade. E quase é mais importante destacar outro aspecto, a saber: o de sua conexão indissolúvel. Mas não por ele devem confundir-se, pois se trata dos aspectos distintos, como claramente se vê quando se estuda o liberalismo. Em efeito, este associa a unificação realizada de um modo quase completo a uma marcada indiferença ao que o critério do poder se refere. A combinação de ambos os elementos é, portanto, característica do mercantilismo. E o mercantilismo com sistema de poder é objeto da segunda parte de nosso estudo.

Tanto a ação unificadora quanto a propensão ao poder eram sinais claros do mercantilismo, enquanto sistema econômico dos novos Estados soberanos. Ambos os fatores vinham impostos em alto grau pelas circunstâncias externas, e até caberia afirmar de forma enérgica que todo Estado teria forçosamente que aspirar a um mínimo de unidade econômica e de poder exterior. Por isso, no tocante ao trabalho unificador, era algo que se criava como dizíamos há um momento: a idéia existia, a rigor, como algo implícito, e o que interessa investigar é o êxito ou o fracasso de sua realização. Por sua vez, interessava mesmo na tendência ao poder seu grau de intensidade, e em parte também o critério imperante referente ao modo como as forças econômicas poderiam pôr-se ao serviço destes interesses de poder. Este último ponto de vista é extraordinariamente adequado para penetrar a partir dele na matéria de nossa investigação.

Partindo daqui, chegamos, de fato, a conclusão de que é impossível compreender o mercantilismo sem se investigar também, inclusive preferindo, algo mais que os fins perseguidos pela política, a saber: os meios para se conseguir os fins. Do ponto de vista econômico, é perfeitamente lógico que o problema fundamental que se encontre centrado sobre este aspecto; é dizer, sobre os meios e não sobre os fins, pois economia é sempre sinônimo de adaptação a fins impostos por fatores extra-econômicos, mobilização de meios para se alcançar esses fins extra economicamente dados. Seria impossível explicar nem de longe o mercantilismo sem investigar a fundo que meios considerava como os mais adequados para a realização de seus fins. Para ver isso mais claramente, basta estabelecer um paralelo entre o mercantilismo e o liberalismo.

Entre as concepções de mercantilismo e liberalismo, meio em que se refere ao problema dos fins legítimos que devem presidir a ação econômica do Estado, uma diferença importante e indiscutível, e é que enquanto o mercantilismo só se interessa pela riqueza enquanto

fundamento do poder do Estado, o liberalismo o concebe como algo valioso para o indivíduo e, portanto, digno de ser apreciado. Mas a diferença, assim caracterizada, revela ao próprio tempo em que ambas as concepções encerram de comum. Em ambas correntes vemos que a riqueza por si ocupa por igual o centro do interesse e domina o pensamento e a ação político-econômica em uma medida muito maior que o problema do destino final da riqueza. Nesse sentido, existe, pois, coincidência e não antagonismo de fins entre o mercantilismo e o liberalismo. Um eloquente exemplo nós temos em um dos títulos das obras mais famosas representativas, respectivamente, de ambos os campos. Johann Joachim Becher, que foi indiscutivelmente o mais importante dos mercantilistas alemães, deu a sua obra principal (1667) o título de *Discurso político sobre las verdaderas causas de la prosperidad y decadencia de las ciudades, países y repúblicas*, e o livro de Adam Smith (1776) se intitula, como sabemos: *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Ainda que prescindindo a grande diferença que se adverte entre ambos os títulos enquanto a elegância e a modernidade de linguagem, é indubitável que exista entre eles uma certa disparidade intrínseca. Becher fala, no título de sua obra, das sociedades organizadas; Adam Smith, pelo contrário, passando por alto sobre o Estado, e só fala das nações; o primeiro se refere à prosperidade e decadência em geral; o segundo, em mudança, as causas da riqueza e do bem-estar. Mas há de reconhecer que a exposição do problema, em ambas as obras, somente se difere fracamente, enquanto o contraste, sobretudo em si se junta que, na realidade, Becher atende tanto como Adam Smith as trocas operadas precisamente em matéria de riqueza.

Todavia, se do que foi dito queríamos inferir que Becher e Adam Smith contemplavam os fenômenos econômicos com os mesmo olhos, nos equivocariamos de meio a meio, e o feito de que adotaram em realidade pontos de vista substancialmente diferentes para não dizer antagônicos em matéria de política econômica apóia-se precisamente na grande disparidade de suas concepções enquanto aos meio legítimos. Tanto os mercantilistas como os liberais fixaram sua atenção primordialmente em problemas desse tipo: Como se faz forte um Estado? Como impulsionar seu florescimento e bem-estar? O que determina "a prosperidade e decadência" dos países, a "riqueza das nações"? Perguntas que uns e outros dão respostas radicalmente diferentes.

Eu entendo, desde já, que se quiser aprofundar o tema, todo o estudo sobre mercantilismo deve ter como centro o problema da concatenação entre os fins e os meios; apreciação que outro argumento contribui a fortalecer. Em efeito, o mercantilismo representa nesse ponto – coordenação de fins e meios – uma concepção que não só se observa em aberto antagonismo enquanto lhe precedeu, senão, ademais, segue denominando o pensamento econômico mais além dos domínios do mercantilismo, com muito mais força que nem uma outra das idéias que formam o acervo do sistema mercantilista. Todavia hoje – ainda que o acaso fosse mais exato dizer novamente hoje – nos encontramos com o modo popular de pensar a esse respeito, segue sendo, no fundamental, mercantilista. Estudar esse aspecto especial do mercantilismo, é, portanto, estudar as origens de uma concepção popular ainda imperante na atualidade.

Ao dizer isto, me refiro frente à toda a atitude que o mercantilismo adotava com respeito aos meios de satisfazer as necessidades humanas, com respeito às mercadorias, no sentido mais amplo da palavra; me refiro, para dizer em outros termos, à idéia de que o perigo primordial contra o que se deve precaver a política econômica é o que haja excesso de mercadorias dentro

do país. Essa preocupação é a que leva o mercantilismo a converter-se em um sistema protecionista. É o aspecto que temos que estudar na terceira parte dessa obra.

O Mercantilismo, considerado como sistema protecionista, tinha um complemento muito importante na esfera do regime monetário, parte da vida econômica que quase sempre tinha influído sobre a fantasia do homem com maior força que outros aspectos dela mais tangíveis. A concepção mercantilista da vida econômica estabelece a conexão entre o aspecto dinheiro e o aspecto mercadorias com sua teoria da balança comercial, que não poucas vezes se considera como o mais especificamente mercantilista de todo o sistema. Não resta dúvida que a idéia da balança comercial e da importância do dinheiro ocupam lugar central no mercantilismo, mas, em todo caso, é característico que essa idéia tenha hoje menos importância para o modo de conceber dos homens que a idéia do mercantilismo sobre acerca das mercadorias; e não é este o único ponto de vista desde o qual entendo eu que o aspecto dinheiro teve menos importância para a política econômica que o referente às mercadorias. O mercantilismo como sistema monetário, incluindo portanto, a teoria da balança comercial, constitui a quarta parte de nossa obra.

Muito se tem discutido se o Mercantilismo encerrava ou não o sistema teórico, mas o problema, assim colocado, carece de sentido. Todo homem professa, de forma baseada ou não, certas teorias que lhe servem de base para sua conduta e os mercantilistas se acham abundantemente providos de concepções econômicas, concepções que versavam, de uma parte, sobre a estrutura real das leis econômicas, e de outra, sobre a possibilidade de influir acertadamente sobre elas. Pretende-se demonstrar que essas concepções não respondiam a uma unidade de critério, apoiada no fato inegável de que distintos mercantilistas aparecem mantendo postulados antagônicos entre si. Mas este argumento, antes serve para provar a unidade do sistema do que para reparti-lo. Com efeito, se aqueles postulados antagônicos se derivam dos mesmos princípios, o de princípios afins, a discrepância quanto aos pontos de vista práticos, demonstrará precisamente que as premissas não desabam por sua vez em interesses práticos, senão, em princípios com caráter mais ou menos generalizados. Assim, na realidade, quando se estuda pessoalmente o problema, se compreende até que ponto era assim. Neste sentido existia indubitavelmente uma unidade de doutrina, ao modo como existe, por exemplo, na atualidade, entre os homens que a praticavam e suas manifestações em artigos de imprensa e em discussões públicas.

Problema muito distinto e muito mais difícil de resolver é se os mercantilistas chegaram a acreditar numa teoria científica e conseqüentemente, numa teoria econômica. A resposta que se dá a essa pergunta tem que ser necessariamente arbitrária, a medida em que faltam elementos de juízo objetivos para afirmar quando um raciocínio adquirido é claro o suficiente para ser classificado como científico. Como se deve estabelecer um critério das relações entre o mercantilismo e a teoria econômica científica, é investigado até que ponto os debates econômicos daquela época se moviam realmente dentro da órbita de autonomia intelectual, decidindo até onde se afrontam realmente os problemas para se chegar a soluções objetivamente exatas, sem preocupar-se com as conseqüências práticas que essas soluções pudessem acarretar. E não há mais o reconhecer que esta exigência se dá, em efeito, numa parte do intercâmbio de idéias estabelecidas principalmente no final do século XVII. Cabe afirmar que já naquela época existia realmente, mesmo de modo rudimentar, uma teoria mercantilista de caráter científico, exato ou não, pois não é disto que tratamos aqui. Em último

resultado, não cabe a menor dúvida de que os debates mercantilistas tiveram importância para definir a aparição da ciência econômica no século XVIII.

Finalmente, o mercantilismo revela também uma certa unidade de concepção a respeito dos fenômenos generalizados da sociedade, enquanto afetam o campo econômico, da qual repercute também, uma série de pontos importantes, sobre a fisionomia da política econômica. Este é um dos aspectos do mercantilismo, digno também de atenção, porque guarda as concepções da época posterior numa relação que contrasta com a da doutrina puramente econômica. Este aspecto do mercantilismo apresenta aqui um antagonismo em parte quase paradoxo com os seus demais aspectos. O mercantilismo como concepção social forma a quinta e última parte desse livro.

Sem exagerar na esquematização, pode afirmar-se, que dos cinco aspectos citados do mercantilismo, são encontrados por seus investigadores e por seus especialistas, até hoje, o primeiro e o segundo, assim como também o terceiro e o quarto juntos.

O mercantilismo como sistema unificador foi destacado primeiramente por Gustavo Schmoller, no estudo, famoso em seu tempo, que tem o título "El sistema mercantil, en su significación histórica" (*Jahrbuch* de Schmoller, 1884). Nele, é dito, que não se deseja pecar com certas ambigüidades, que o mercantilismo, "em seu interior mais íntimo, não é outra coisa, que uma criação do Estado, mas não pura e simples, mas uma criação do Estado e da economia nacional, ao mesmo tempo; a criação do Estado no sentido moderno da palavra, convertendo a comunidade do Estado em uma comunidade econômica nacional e redobrando com isso sua importância". E em termos já mais claros, Schmoller define a essência da política mercantilista como a política encaminhada "a uma total transformação da sociedade e de sua organização, tanto do Estado como de suas instituições, substituindo a política econômica local e regional por uma política econômica estatal e nacional".

O mercantilismo como sistema de poder foi estudado, principalmente, por William Cunningham em sua obra "*The Growth of English Industry and Commerce*", publicado pela primeira vez em 1882 e reeditado numerosas vezes. "Os políticos dos séculos XVI e XVII e da maior parte do século XVIII coincidiam no propósito de regulamentar o comércio e a indústria de tal modo que o poder da Inglaterra se fortalecesse frente aos demais países". "Os afãs privados e as comodidades pessoais deviam passar para um segundo plano ante ao dever patriótico de fazer forte a nação". Um crítico um pouco sádico chegou a opinar (no *Economic Journal*, 1892) que Cunningham acreditava em um tipo de homem tão abstrato como a reprodução homem econômico do liberalismo, dominado por uma tendência do egoísmo ilustrado: "O sistema mercantil se ocupa do homem como de um ser que tende para a potência nacional".

Abaixo a ação de impulsos impostos aos seus estudiosos, cada qual ao seu modo, Schmoller e Cunningham, foram perdendo de vista, consciente ou inconscientemente, o caráter do mercantilismo como sistema protecionista e como sistema monetário.

Sob os impulsos que imprimiram a seus estudos, cada qual a seu modo, Schmoller e Cunningham, a característica do mercantilismo como um sistema protecionista e monetário foi, se consciente ou inconscientemente, negligenciado. Para encontrar um

teórico que trabalhe com tais temas vitais no mercantilismo, é necessário voltar muito mais atrás no tempo, até Adam Smith. De outros pontos de vista, o nome de Adam Smith é o que menos deveria ser omitido, entre todos os outros que estudaram sistematicamente o mercantilismo. Não só porque o nome do sistema mercantil primeiro adquiriu importância em suas mãos, embora isso também expresse o quanto é importante é o seu estudo sobre o tema. Ele adotou o tema presumivelmente dos fisiocratas, que o empregaram esporadicamente, para cunha - lo como uma terminação incorporada para sempre na consciência científica. Oito dos nove capítulos no quarto livro, ou quase um quarto de Riqueza das Nações, é dedicada a uma explicação e crítica sarcástica do que Adam Smith concebia por mercantilismo - em outras palavras, sua posição como um sistema protecionista e monetário. Adam Smith começa sua análise do mercantilismo com o tratamento de sua atitude em relação ao dinheiro, mas ao fim do primeiro capítulo se deteve a estudar a política protecionista no geral, ilustrando com riqueza de dados, especialmente desde sua condição de Diretor de Alfândega (Commissioner of Customs) na Escócia permitindo a ele penetrar os mistérios do sistema de alfândega inglês; os efeitos disso vieram na terceira edição de seu livro (1784).

É evidente que nenhum autor permanece imparcial em se tratando de uma política econômica que julga sua principal tarefa a extirpação. Por esta razão, é em vão buscar em Adam Smith uma ponderação definitiva dos méritos e erros do mercantilismo. Mas como um crítico, ele tem no mínimo a vantagem que ele poderia duramente ser mais franco e sincero que ele é. Por outro lado, a inegável simpatia com o mercantilismo dominante entre os membros da escola histórica em geral, não proporcionava garantia de imparcialidade. Não tem grande importância, no fundo, a atitude pessoal adotada por diversos estudiosos da matéria diante das tendências da política econômica de uma época em que eles em nada podiam influir. O ponto decisivo é até que ponto eles foram capazes de compreender a importância real das tendências em questão. A princípio é impossível decidir se aqueles que foram parciais em favor do sistema viram mais longe do que aqueles que foram parciais contra o sistema.

Por outro lado, existe um ou dois pontos nos quais a possível importância de uma ou outra atitude pode ser determinada. Adam Smith tem uma grande vantagem sobre todos os posteriores estudiosos do mercantilismo - é seu conhecimento em teoria econômica. Não é exagero - embora pareça ser - dizer que seu trabalho ocupa uma posição especial em toda a literatura do mercantilismo devido à sua formação teórica. Isto naturalmente permitia a ele enfocar problemas e descobrir interpretações que escapam a todos os demais investigadores que o seguem no campo da história econômica. Por outro lado, é igualmente óbvio que é nesta razão em que sua fraqueza consistia - seu defeituoso sentido da relatividade das coisas. Isto, no entanto, acontece para constituir o principal mérito geral da formação histórica, e uma apreciação da relatividade das coisas é portanto necessariamente encontrada em extensão muito maior entre os historiadores que trabalham com o mercantilismo do que em Adam Smith. A conclusão é que a contribuição de ambos os lados pode ser valiosa e nenhum deles deve deixar de ser tido em conta. Em nosso estudo sobre o mercantilismo, feito com um critério de unidade, temos procurado ter em conta ambos pontos de vista.

The first part of the paper discusses the importance of the study and the objectives of the research. It also mentions the scope of the study and the limitations. The second part of the paper discusses the methodology used in the study. It mentions the data sources and the data collection methods. The third part of the paper discusses the results of the study. It mentions the findings and the conclusions. The fourth part of the paper discusses the implications of the study. It mentions the practical implications and the theoretical implications. The fifth part of the paper discusses the future research. It mentions the areas for further research and the suggestions for future studies.

The study was conducted in a systematic and rigorous manner. The data was collected from a large number of participants and was analyzed using advanced statistical techniques. The results of the study are presented in a clear and concise manner. The findings of the study are discussed in detail and the implications are highlighted. The study contributes to the existing knowledge in the field and provides valuable insights into the research area. The study also identifies the limitations and suggests areas for future research.

The study was conducted in a systematic and rigorous manner. The data was collected from a large number of participants and was analyzed using advanced statistical techniques. The results of the study are presented in a clear and concise manner. The findings of the study are discussed in detail and the implications are highlighted. The study contributes to the existing knowledge in the field and provides valuable insights into the research area. The study also identifies the limitations and suggests areas for future research.